

APRESENTAÇÕES

O presente volume de *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, saindo do eixo convencional, traz duas apresentações que diferem na forma e no conteúdo. A primeira delas com um viés ficcional apresenta um debate, que obviamente não ocorreu, onde é introduzido o tema abordado pelos vestígios que compõem o volume: a paisagem. A segunda, conforme o modelo tradicional, apresenta os trabalhos da forma como a Revista vem fazendo desde sua criação.

Aos leitores caberá avaliar a pertinência e/ou eficácia da inovação.

PRIMEIRA...

José Roberto Pellini

Boa noite, senhoras e senhores! Estamos aqui a convite da Revista *Vestígios* para promover um debate histórico entre personalidades do mundo da Arqueologia sobre o tema da paisagem. Paisagem, palavra de uso cotidiano, tem suas raízes no capitalismo renascentista italiano. A paisagem era um meio particular de ver, uma técnica linear de perspectiva desenvolvida na pintura que tinha como objetivo criar imagens realistas da natureza. Embora o uso desse termo tenha crescido exponencialmente nos trabalhos arqueológicos nos últimos 20 anos, ainda parece não haver um consenso sobre o que é paisagem. Como diria Anshuetz et al (2001), a abundância de terminologias e definições sobre o tema da paisagem levanta não apenas questões sobre sua aplicabilidade na disciplina arqueológica, mas ressalta a importância de se discutir a relação entre as pessoas e os espaços que elas ocupam. Neste sentido, a Revista *Vestígios* propõe um debate a fim de esclarecer as diferentes posições presentes hoje na disciplina a respeito do tema. Meu nome é Carol Murta e serei a mediadora deste debate. Dou as boas vindas aos nossos convidados. À minha direita, Gordon Childe e Vita Finzi, à minha esquerda, Chris Tilley e José Roberto Pellini. Nosso debate será dividido em dois blocos. No primeiro bloco perguntas específicas serão dirigidas a cada um dos convidados, sem a possibilidade de intervenção dos demais participantes. No segundo bloco cada um dos participantes fará uma pergunta a um dos convidados estabelecido por sorteio. Quem fizer a pergunta terá direito à réplica e quem responder terá direito à tréplica. Não serão tolerados ataques pessoais ou qualquer forma de menosprezo pelas posições aqui apresentadas. Um sorteio feito junto aos assessores dos participantes estabeleceu a ordem de fala. Teremos, primeiramente, Gordon Childe, seguido de Vita Finzi, Tilley e, por fim, Pellini. A primeira pergunta será comum a todos os participantes e versa sobre a definição de paisagem. Sendo assim, pergunto: O que é paisagem?

Gordon Childe: Primeiramente gostaria de agradecer o convite da *Vestígios* para participar deste debate. Bom, para responder a pergunta começo falando que não utilizo o termo Paisagem e sim assentamento. O termo arqueologia dos assentamentos surge em 1911 com Gustav Kossina, que estava preocupado basicamente com a necessidade de definição de províncias culturais. Kossina, utilizando o conceito de cultura étnica, as ideias de difusão e o método etnohistórico de Montelius, desenvolveu e aplicou sistematicamente o conceito de **Área Cultural Arqueológica**. Em *A Origem dos Povos Germânicos* de 1911, Kossina defende a ideia de que, em todos os períodos, áreas culturais arqueológicas homogêneas e bem delimitadas correspondem e coincidem com grupos étnicos específicos. Sua ideia básica é que cada nação seria composta: de um **povo**, grupo étnico definido biologicamente, de um **território delimitado**, ou espaço definido, e de uma **cultura**, entendida como língua e tradições sociais compartilhadas. O problema com a ideia de Kossina é que ela possuía um elemento racial muito marcado, ou seja, ele propunha um modelo de cultura racial, nacionalista e étnica que pensava a evolução cultural a partir de processos de transmissão cultural que aconteciam dos grupos mais fortes para os mais fracos. Mas a ideia geral de que similaridades e diferenças na cultura material correspondem a similaridades e diferenças étnicas me pareceu muito interessante. Sendo assim, passei a defender, dentro de um viés de origem marxista, que os tipos associados a uma unidade arqueológica, ao definirem uma cultura arqueológica, definiriam também um grupo étnico e, por consequência, um território. Quanto maior a similaridade da cultura material, maior o contato social e espacial entre os grupos; da mesma maneira que quanto maior a heterogeneidade da cultura material, maior também a distância espacial e social entre os grupos étnicos. Ao demarcar sobre um mapa tudo que é similar ou diferente em termos de cultura material em um dado espaço, podemos delimitar áreas de atividade e assentamentos. Demarcando assentamentos similares em uma dada região definimos um território.

Vita-Finzi: Caros amigos, primeiramente gostaria de deixar claro que o termo Arqueologia da Paisagem aparece pela primeira vez com a publicação de Aston e Rowley em 1974. Essa obra é considerada pelos britânicos como um marco. O objetivo dos autores era propor uma maior associação entre as práticas de campo e o tema do espaço. Eles acreditavam que a prática que estavam realizando ia além do reconhecimento e registro de sítios, passando a trabalhar com o conceito de **paisagens culturais, ou seja, espaços ocupados de maneira** extensa e que apresentavam uma estrutura cronológica complexa. Parto da premissa de que a estrutura dos assentamentos no espaço não apenas reflete o meio ambiente natural, mas também mostra como as culturas transformam o espaço a fim de se adaptar ao meio. Para entendermos paisagens é necessário levar em consideração a estruturação física e paleo-econômica do meio, como sua topografia, declivi-

dade, áreas de captação de recurso, características geomorfológicas, climáticas, **ressaltando tudo aquilo que foi feito na e com a terra**, pois aquilo que observamos no registro arqueológico é fruto justamente das interações que se estabelecem entre as dimensões sociais e naturais. Se pensarmos que são as estratégias de subsistência que determinam como os sistemas culturais irão funcionar, torna-se necessário mapear e quantificar as espécies e recursos na vizinhança dos assentamentos. Temos que pensar que o custo-benefício do investimento energético e do retorno econômico decai exponencialmente conforme aumenta a distância das fontes de recurso em relação ao centro do assentamento. Quando o limite econômico ou energético é alcançado, o custo-benefício de exploração do território se torna negativo. A premissa básica é que quanto mais longe do sítio as fontes de recursos estão, maiores são os custos econômicos ou energéticos para explorá-los. Normalmente há um ponto em que o benefício econômico se iguala ao custo de exploração. Sendo assim, um limite econômico ou energético pode ser definido neste ponto para determinar o território de exploração do sítio. Dessa forma, a estrutura dos assentamentos é determinada pela proximidade ou não das fontes de recurso, ou seja, pela capacidade humana de se adaptar ecologicamente ao meio ambiente. Vejo o espaço físico como um conjunto de características naturais que possuem relações diretas entre si. Ao interagir com os elementos naturais do espaço através da produção, circulação e consumo de recursos, o homem transforma o espaço natural em espaço social. Então posso dizer que paisagem é resultado dos sistemas de interação entre seus constituintes, ou seja, entre os elementos naturais, os meios de produção e os agentes de socialização. Em outras palavras, posso dizer que Paisagem é a humanização do espaço físico, que pode ser pensado como a área de recursos necessários à produção e reprodução das dinâmicas sociais.

Tilley: Caros amigos, as abordagens mais convencionais da arqueologia da paisagem, como a proposta histórico-cultural de Childe e a proposta processual de Vita-Finzi, levam em consideração apenas a estruturação física do espaço, deixando pouco espaço para se discutir como as pessoas se engajam emocionalmente, subjetivamente e variavelmente com a terra. A ênfase é sobre os sítios ou sobre a relação entre os sítios. Ao invés de pensar paisagem a partir destes enfoques históricos e funcionais, prefiro pensar a paisagem a partir da fenomenologia, pois na abordagem fenomenológica o ponto chave é a maneira pela qual o indivíduo experimenta e entende o mundo. A fenomenologia envolve o entendimento e a descrição das coisas como elas são experimentadas no mundo. Nós não nos apresentamos ao mundo como se fôssemos deuses, não somos expectadores, estamos sempre envolvidos. Merleau-Ponty (1962) arguiu que o corpo humano fornece o ponto fundamental de mediação entre o pensamento e o mundo na medida em que ele representa um meio de perceber e entender o mundo. A

consciência perceptiva não é apenas uma maneira de pensar o mundo, mas ela decorre da presença corporal nele, da orientação corporal em relação a ele. Percepção é, acima de tudo, vivência, é o modo da consciência relacionar-se com as coisas no mundo. Paisagens, neste sentido, são formadas por lugares, centro da atividade corpórea. Paisagens são espaços apropriados subjetivamente a partir de uma relação encorpada. Nosso contato com o mundo é corpóreo. Nosso corpo, nossos sentidos, os conceitos mentais que temos estocado, os estímulos externos, o movimento, o contexto, a cultura, nossas intenções, tudo influencia nossa percepção do mundo, tudo influencia e é influenciado por nossa vivência e por nossas experiências. A paisagem percebida é a percepção humana do entorno. Na paisagem percebida os fatores culturais guiam e determinam a percepção. Neste sentido, a cultura permite que o observador penetre mais profundamente decodificando e resignificando a paisagem. Esta paisagem não tem base genética, o que significa dizer que todo novo indivíduo e toda nova geração tem que construir sua própria memória sobre o meio através do aprendizado. Nesta perspectiva é possível pensar a paisagem além da sua materialidade, considerando também as construções simbólicas que a constitui. Não existem paisagens que não sejam mediadas pelo entendimento que o observador tem do seu mundo. Paisagens não são aspectos inertes que estão esperando serem explorados, como casas não são construídas apenas para abrigar pessoas. Elas são contextualizadas, sentidas, cheiradas, tocadas, utilizadas nos termos da identidade individual e do entendimento cognitivo.

Pellini: Concordo com Tilley sobre a importância da percepção na construção daquilo que chamamos de paisagem, mas acho que podemos ir um pouco além ao considerar não o corpo e sim os sentidos como o aspecto mais essencial de nosso contato com a materialidade do mundo. Todos os dias quando acordamos entramos em contato com o mundo através de nossos sentidos. Mas os sentidos, antes de serem apenas aspectos fisiológicos, são construções culturais como bem tem demonstrado Constance Classen (1993), David Howes (2005) e outros. Ao mesmo tempo, temos que considerar que nem todas as sociedades seguem os modelos sensoriais do mundo ocidental. Por exemplo, enquanto os Javanese dividem seus sentidos em visão, audição, olfato, sentimento e fala (Dundes, 1981), os Hausa dividem os sentidos em apenas dois, a visão e o *ji*, que representa todos os demais sentidos (Ritchie, 1991). Já os Cashinahua do Peru classificam os sentidos em pele, mão, ouvido, genitália, fígado e olhos. O ponto importante é que diferenças nos modelos sensoriais resultam em diferentes formas de interpretar o mundo. Por exemplo, enquanto nós no mundo ocidental mapeamos o meio através da visão, sendo a paisagem um espaço neutro, cartesiano e mensurável (Cosgrove, 1998), para os Ongee, povo caçador e coletor da Baía de Bengala, paisagens são formadas por odores. Entre os Ongee, odor é o senso primário através do qual

categorias de tempo, espaço e individualidade são concebidas (Pandya, 1993). Enquanto nós no ocidente pensamos paisagem como um cenário, os Ongees pensam paisagem através de um engajamento que é corpóreo, sinestesticamente conhecido e retratado nas músicas, nos odores e nas cores, ou seja, os significados que os Ongees atribuem à paisagem são estruturados e reestruturados a partir de uma experiência que é, antes de tudo, sensorial.

Carol: Obrigada, senhores, pelas respostas. Encerramos aqui o primeiro bloco deste debate. Depois dos anúncios comerciais daremos início ao segundo bloco, onde cada pesquisador poderá fazer uma pergunta a outro pesquisador.

Carol: Estamos de volta com o debate sobre Paisagem em Arqueologia. Neste bloco cada pesquisador poderá fazer uma pergunta a um dos convidados. O sorteio feito antes do início do programa definiu que Vita-Finzi será o primeiro a perguntar. Sr. Vita-Finzi a quem o Sr. dirige a pergunta?

Vita-Finzi: Ao Childe.

Carol: Certo, pode fazer sua pergunta.

Vita-Finzi: Childe, em seu trabalho você utiliza muito a ideia de tipologia, o que são tipos e qual a importância deles na definição do espaço?

Childe: Meu Caro Vita-Finzi, para te responder farei uma pequena analogia. Te pergunto: o que são espécies para o cientista natural? Espécie é a unidade básica do sistema taxonômico, ou seja, agrupamento de indivíduos com profundas semelhanças funcionais e estruturais. O que é espécie para o cientista natural é o tipo para o arqueólogo. As produções da natureza que se assemelham em seus aspectos essenciais e que tem uma origem comum são consideradas como pertencentes à mesma espécie. Quando falamos da produção do trabalho humano, a mesma definição pode ser aplicada. A diferença é que são as normas culturais que estabelecem as similaridades e as diferenças entre os grupos artefatuais ou tipos. Sendo assim, quanto mais semelhante um conjunto artefactual for, maior a probabilidade dele pertencer a um mesmo grupo étnico. Semelhanças nos objetos refletem normas sociais. Identificar a semelhança e sua distribuição no espaço nos permite não apenas definir as culturas, mas sua influência e, sobretudo, sua abrangência espacial. Ao definirmos a abrangência espacial das culturas por meio da identificação de tipos semelhantes, podemos definir territórios. Conjuntos artefatuais, ou tipos, associados a uma unidade arqueológica, ao definirem uma cultura arqueológica, definem também um grupo étnico e um território. É a ideia que está por detrás dos conceitos de fase e tradição. As tradições seriam marcadas pela profundidade temporal e as fases pela amplitude geográfica. Ao estabelecermos os tipos dentro de um sítio ou uma região, podemos compará-los e estabelecer, com base na similaridade, áreas de atividade e territórios.

Vita-Finzi: Acredito que há um problema nessa abordagem. Semelhança na distribuição de tipos não necessariamente corresponde à ação social, desde que

há diversos fatores, sobre tudo naturais, responsáveis pela formação do registro arqueológico. Assim, pensar o espaço através da distribuição de vestígios arqueológicos deve levar em consideração os elementos naturais constantes no meio e como estes elementos interferem na disposição dos vestígios.

Carol: Obrigada Vita-Finzi. O próximo a fazer a pergunta é Chris Tilley.

Tilley: Quero perguntar a Vita-Finzi onde está o humano em seu conceito de paisagem. Digo isso porque penso que as abordagens deterministas e funcionalistas defendidas pelo processualismo desconsideram a agência humana no espaço. A necessidade de pensar o espaço como um grande supermercado onde os humanos maximizam suas ações a partir de uma ideia de racionalização econômica reduz o espaço a um elemento neutro, cartesiano e mesurável.

Vita Finzi: O humano se apresenta na maneira como ele explora o espaço, os recursos. Na maneira como ele humaniza a natureza.

Carol: Obrigada Tilley. Dando sequencia, o próximo é Childe.

Childe: Vou perguntar ao Tilley. Chris, você fala do corpo, fala de emoções e de percepção. Você fala que a significação que damos ao mundo depende de nosso encontro com ele, então te pergunto: Você não acha isso tudo muito subjetivo e relativo? Como interpretar os ambientes do passado se eles não existem mais? Como termos percepções de um mundo que já não existe? As percepções que temos hoje são baseadas no ambiente que temos hoje e em nosso corpo hoje.

Tilley: Veja, sei que há percepções que não mais podemos ter, mas acredito que por termos corpos semelhantes, ou seja, somos todos *sapiens*, é possível pensar que nosso corpo delimita determinadas ações no meio que são comuns a todos os seres humanos. Por exemplo, não podemos voar. O espaço se mostra em relação ao corpo em termos de frente e costas, direita e esquerda, horizontal e vertical. O corpo impõe um esquema sobre o espaço através do qual isto pode ser experimentado e entendido. Uma experiência de espaço é atrelada ao corpo e suas capacidades e potencialidades para o movimento.

Childe: Gostaria também de me dirigir ao Pellini. Posso?

Carol: Sem dúvida.

Childe: Obrigado. Meu caro Pellini. Você não acha redundante falar dos sentidos desde que os sentidos estão inseridos no corpo?

Pellini: Não acho redundante, pois em arqueologia quando se fala do corpo, falamos do corpo enquanto unidade. Eu acho que isso é um erro, pois corpo é formado por feixes de significação. Trabalhar com os sentidos é trabalhar com a unidade básica de significação. É através dos sentidos que significamos nosso corpo, nosso mundo e o mundo que nos rodeia. Trabalhar com os sentidos nos dá a possibilidade de pensar a paisagem de maneira a quebrar o ocularcentrismo da disciplina arqueológica que vê o mundo somente a partir da visão. Por fim, trabalhar com os sentidos nos dá a possibilidade de ir além dos modelos que

vêm paisagem como uma performance ditada por práticas cotidianas. Pensar a paisagem além do *habitus* abre caminho para considerar o papel da memória, ela mesma um meta-senso, das narrativas e dos discursos que estão por detrás da paisagem. Paisagem não é apenas uma prática corporal, ela é narrativa, é imaginação, é memória. Veja não sou contra o conceito de *habitus*, penso apenas que ele é reducionista, pois como diria Bender (1998), paisagens podem ser construídas através de discursos que antecedem as práticas corporais. Acredito que o conceito de *habitus* é importante, desde que levemos em consideração que há outros fatores que auxiliam na formação de paisagens. Encontros sensoriais com o mundo criam memórias e substanciam histórias coletivas e individuais complexas. Ao mesmo tempo, é a materialidade que nos evoca recordações e experiências do passado no presente. É por isso que construímos paisagens ao mesmo tempo em que as paisagens nos constroem. A textura, o aspecto visual, o odor, o paladar, a temperatura, a habilidade que a materialidade tem de provocar movimento, são aspetos centrais no processo de lembrar e esquecer. São os sentidos que conectam a materialidade das coisas, a materialidade de nosso corpo, os processos de lembrar e esquecer e as narrativas individuais e coletivas do mundo. Como diria Pallasmaa (2005), nós não vivemos em um mundo de fatos e verdades como quer crer o realismo inocente. Nossa vida se desenvolve em mundos de possibilidades, que são moldadas pela capacidade humana de lembrar, fantasiar e imaginar. Paisagens, neste contexto, representam uma materialidade que é sensorialmente incorporada em redes de narrativas pessoais e culturais, memórias e associações.

Carol: Aproveitando que já está com a palavra, faça sua pergunta.

Pellini: Obrigado, Carol. Vou perguntar ao Tilley. Caro, Chris, até que ponto a concepção de paisagem que carregamos interfere em nossa prática arqueológica?

Tilley: Caro, Pellini. Acredito que o conceito que temos de paisagem condiciona de maneira direta nossa prática arqueológica. Se você acredita que a paisagem é apenas um amontoado de características naturais que precisam ser quantificadas, medidas e descritas, uma visita rápida ao campo pode solucionar o problema do espaço. Basta mapear todos os chamados elementos naturais e teremos condições de pensar no meio como um elemento estruturante das ações e dinâmicas sociais. Mas se você pensa que é através da percepção, seja corporal ou sensorial, que significamos o mundo ao nosso redor, você precisa vivenciar o espaço a fim de apreendê-lo. Eu tenho defendido a ideia de que sítios, paisagens e monumentos só podem ser interpretados a partir de uma longa exposição a evidência de campo, pois é através da familiaridade com os vestígios que passamos a reconhecer todas as características salientes. Na prática, a experiência da escavação deveria ser acumulativa para permitir que os arqueólogos se tornem mais sensíveis à materialidade presente no sítio e na paisagem. O problema é

que a atividade de campo é rápida, dados os custos e os cronogramas apertados. Paisagens para serem compreendidas necessitam ser visitadas em diferentes momentos, em diferentes condições. A tentativa de recriar a experiência das pessoas no passado precisa ser formada a partir de uma crescente familiaridade com o local. Como Bradley (2006) afirma, na vida real, no dia a dia, as pessoas não experimentam o mundo da mesma maneira que as sequências compiladas pelos arqueólogos. Pessoas não vivem e não viveram suas vidas de acordo com os estratos ordenadamente delineados pela escavação arqueológica. Ao contrário, elas se movem entre diferentes materialidades, entre vestígios que sobreviveram de diferentes períodos. Elas interpretam seu mundo com a consciência das diferentes temporalidades presentes na paisagem. A abordagem fenomenológica trabalha melhor com planos horizontais do que com planos verticais. Ao mesmo tempo, tenho que considerar que a tentativa de entender a experiência vivida do lugar não necessariamente deve estar em conflito com as abordagens mais tradicionalistas, pois este tipo de abordagem fornece mais uma alternativa para a investigação do passado.

Carol: Caros amigos, infelizmente nosso tempo está esgotado. O debate irá continuar com as narrativas pessoais que vêm na sequência. Agradeço a presença de todos, especialmente do público interessado no tema. A discussão sobre a paisagem, como vimos, está longe de ter um consenso e isso reflete a maneira dinâmica com a qual a arqueologia lida com a inter-relação entre as pessoas e o espaço. Paisagem é um conceito central dentro da arqueologia, um conceito que influencia nossas práticas e narrativas dentro do fazer arqueológico. Pensar Paisagem de modo aberto e crítico é pensar em uma arqueologia também mais aberta e crítica.

REFERÊNCIAS

- ASTON, M.; ROWLEY, T. 1974. *Landscape Archaeology: an Introduction to Fieldwork Techniques on post-Roman Landscapes*. Newton Abbot: David & Charles.
- ANSCHUETZ, K.; WILSHUSEN, R.; SCHEICK, C. 2001. An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research* 9:157-211.
- BENDER, B. 1998 *Stonehenge: Making Space*. Leamington Spa: Berg.
- BRADLEY, R. 2006. *Bridging the two cultures: commercial archaeology and the study of british prehistory*. Paper presented to the Society of Antiquaries of London. [online] Disponível em: www.sal.org.uk/downloads/bridging-two-cultures.
- CHILDE, V. G. 1925. *The Dawn of European Civilization*. London: Routledge & Kegan Paul.
- CHILDE, V. G. 1942. *What Happened in History*. Harmondsworth: Penguin Books.
- CLASSEN, C. 1993. *Worlds of Sense: Exploring the Senses in History and across Cultures*. London and New York: Routledge.
- COSGROVE, D. 1998. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- DUNDES, A. 1981. *The Evil Eye: A Folklore Casebook*. New York: Garland.
- HOWES, D. 2005. *Empire of Senses: The Sensual Culture Reader*. Berg: Oxford.
- MERLEAU-PONTY, M. 1962. *Phenomenology of Perception*. London: Routledge and Kegan Paul.
- PALLASMAA, J. 2005 Hapticity and Time: Notes on Fragile Architecture. In MacKeith, Peter (org.) *Encounters. Helsinki: Rakennustieto Oy*, Building Information Ltd.
- PANDYA, V. 1993. *Above the Forest: A Study of Andamanese Ethnoanemology, Cosmology, and the Power of Ritual*. Delhi: Oxford University Press.
- RITCHIE, I. 1991. Fusion of the Faculties: A Study of the Language of the Senses in Hausaland. In: HOWES, D. (Org.). *The Varieties of Sensory Experience*. Toronto: University of Toronto Press. Pp. 192-202.
- TILLEY, C. 1997. *A Phenomenology of Landscape. Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg.
- VITA FINZI, C.; HIGGS, E. 1970 Prehistoric Economy in the Mount Carmel Área of Palestine. Site Catchment Analysis. *Proceedings of Prehistoric Analysis*, 36: 1-37.

SEGUNDA...

Carlos Magno Guimarães

Como já foi explicitado, o tema central do volume é a paisagem abordada com os recursos da Fenomenologia, do Estruturalismo, da Arqueologia Sensorial e da Etnoarqueologia, para citar alguns.

A diversidade temática, quando consideradas as diferentes realidades históricas abordadas, inevitavelmente apresentou para os autores questões que exigiram tratamentos específicos, sendo mantida, entretanto, a perspectiva definida pelo eixo temático.

O texto de Christopher Tilley abre o volume não por acaso. Por ter se tornado referência obrigatória, para todos os que se debruçam sobre a abordagem fenomenológica da paisagem, é uma obra fundamental por tratar de questões que tanto remetem à teoria quanto ao método.

Ao abraçar a Fenomenologia tendo como uma de suas referências básicas a obra de Merleau-Ponty, o autor transita com desenvoltura por temas como percepção e consciência corporal; modelos dualistas, conhecimento e experiência; sinestesia e reversibilidade; lugares e paisagens, dentre outros.

Em que pese o fato da atual perspectiva fenomenológica na Arqueologia ter como referência principalmente as obras de Husserl e Heidegger é necessário reconhecer que a natureza sensorial do conhecimento já estava presente em Epicuro, e também no positivismo do século XIX, para citar apenas dois casos (extremos) separados por enorme intervalo de tempo. O espaço entre eles é bastante frequentado, diga-se de passagem.

Esta longa trajetória pode estar ligada ao fato de que, como diz Tilley: “a fenomenologia é antes um estilo ou um modo de pensar do que um conjunto de doutrinas”. É a expressão que ela tem hoje na Arqueologia que justifica sua presença neste volume

O artigo de José Roberto Pellini, pelo menos do ponto de vista formal, foge aos padrões que a Vestígios tem adotado até então. Apresentando estrutura coloquial, aborda questões que vêm sendo desenvolvidas, com visibilidade, pela Arqueologia Sensorial.

Transitando inicialmente pelo deserto egípcio (onde realiza pesquisas há anos) passa pelos jardins medievais para chegar ao “jardim secreto” de Ibrahim. Neste deslocamento vai apresentando reflexões sobre o processo que teria levado o Ocidente a transformar seus jardins, domesticando-os e eliminando aspectos, antes, sensorialmente experienciáveis.

Para desenvolver tais reflexões torna-se necessário um trânsito (teórico) por questões/aspectos como: sentidos, memórias, narrativas, sinestesia, essência e

aparência, dentre outros. É nesta perspectiva que o autor desenvolveu sua visão de como a Arqueologia Sensorial pode atuar no sentido de refletir/compreender o fenômeno da paisagem.

Uma estância gaúcha do século XIX é o objeto tratado por Clarissa Sanfelice Rahmeier, também tendo como referência a fenomenologia da paisagem assentada na obra de Christopher Tilley.

A autora desenvolve sua abordagem tendo como referência a corporalidade quando considerados aspectos como espaço/casa, papéis sociais, experiências sensoriais e, logicamente, a paisagem.

Trata-se, segundo a autora, de buscar o “entendimento da paisagem em um nível mais profundo” a partir da reconstrução das experiências sensoriais dos grupos que habitaram a referida estância.

O galpão, a senzala e a casa do estanceiro eram os elementos constitutivos do universo a ser avaliado, considerando os peões, os escravos e o proprietário com sua família como os grupos que neles viviam e se relacionavam. Rotinas corporais e espaços somáticos definem a natureza dos aspectos que a abordagem pretende elucidar. São considerados os espaços de moradia e os produtivos (internos e externos) bem como as dinâmicas que os diferentes atores desenvolvem no universo por eles constituído.

Para a autora o entendimento da relação entre a paisagem, o corpo e os sentidos permite um acesso a essa paisagem “de um modo mais humanizado e completo”.

No artigo seguinte, o universo antártico delimita a paisagem tratada por Melisa Salerno e Andrés Zarankin. No artigo em questão os autores se propõem dois objetivos: fazer a análise dos estudos tradicionais, realizados sobre o encontro dos caçadores de foca com as Ilhas Shetland do Sul, e apresentar proposta para “tentar reintegrar a participação dos corpos no mundo”.

O primeiro objetivo é buscado através da crítica ao racionalismo moderno que teria desqualificado os sentidos e as paixões enquanto mecanismos capazes de permitir a percepção/apreensão do mundo. Ao sobrepor a razão aos sentidos o pensamento moderno inviabilizou o potencial do corpo. A crítica se estende também aos dualismos (corpo/mente; sujeito/objeto), que teriam contribuído para aquele processo negativo, de desqualificação.

A partir da crítica os autores fazem uma proposta “alternativa e experimental” com vistas a “explorar as possibilidades de interpretação que oferece um novo posicionamento concernente à experiência encarnada”. E neste contexto adquirem relevância todos os sentidos.

Também neste artigo o eixo teórico contempla a Fenomenologia e, além disso, o que se busca é o resgate da subjetividade do pesquisador e a apresentação de uma etnoarqueologia com as equipes de arqueólogos que em diferentes momentos participaram das atividades de pesquisa nos sítios remanescentes dos

acampamentos de caçadores de focas.

Em que pese o fato de criticarem os dualismos modernos utilizados pela ciência os autores não se furtam a enveredarem pela senda estruturalista onde as oposições orientam toda a reflexão. O trabalho nos sítios arqueológicos e o contato com os vestígios envolvem os pesquisadores provocando experiências e levando à proposição de questões. E são estas questões que vêm orientando a linha de investigação experimental voltada para a experiência de estar num lugar que aproxima o pesquisador daquelas pessoas as quais estuda.

Finalmente, o último texto da coletânea é o de Vinícius Melquiades que tem como proposta uma etnoarqueologia na “Feira-livre do Largo de Coimbra” localizada no centro histórico de Ouro Preto. O objetivo é perceber relações que os artesãos-feirantes têm com a feira “também em termos espaciais e de paisagem”.

O autor pretende desenvolver uma abordagem a partir da perspectiva simétrica que buscaria romper com os dualismos da perspectiva ocidental moderna em crise.

A arqueologia simétrica entende que “humano e materialidade devem ser explicados a partir dos mesmos termos”; o que permitiria superar a assimetria característica da modernidade ocidental. O foco da abordagem é assim, uma Etnoarqueologia da paisagem contemplando o fato de que humanos, animais e coisas são seres e devem ser simetricamente considerados.

Apesar da ênfase na perspectiva simétrica as assimetrias inevitavelmente surgem ao longo do texto; quando os artefatos/*souvenirs* são considerados na sua condição de mercadorias, por exemplo. Assimetrias que o autor reconhece.

A existência da feira, e os percalços pelos quais passou ao longo do tempo, apontam para um momento em que se aproxima a tentativa de sua transferência para uma antiga edificação que abrigou anteriormente a Santa Casa da Misericórdia. À luz da Arqueologia da Arquitetura, no sistema capitalista, o autor aponta para o processo de transferência como a tentativa de domesticação do “coletivo” e, logicamente, a alteração radical na paisagem que hoje ele integra no espaço em que se encontra.

A participação em parte do processo que discute a existência/transferência da feira explicita, na parte final do artigo, a natureza política da arqueologia e suas possibilidades de intervenção na realidade.

Finalizando, retomamos a ideia já expressa anteriormente sobre as especificidades na abordagem de cada um dos autores, sem que isto tenha significado a desconsideração pelo motivo/tema que orientou a organização deste volume: a Paisagem.

...

Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos para algumas pessoas que contribuíram para a viabilização deste número da *Vestígios*. Anna Luíza Rezende Ladeia, Luiz Alberto Silveira da Rosa e Will Lucas Silva Pena fizeram a tradução do texto de Christopher Tilley. Jimena Cruz fez a revisão do espanhol e Luisa de Assis Roedel fez a revisão do português. À todos, somos gratos.